
Representação das Mulheres no Jornalismo Científico: Estudo de Caso da Revista Amazonas Faz Ciência¹

Marília Reinato CARRERA²
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Paulo, SP

RESUMO

Por um lado, dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apontam que há mais cientistas mulheres que cientistas homens no Brasil, na região norte e no Amazonas atualmente. Por outro lado, estudos indicam que a ciência é encarada como uma atividade majoritariamente masculina desde o século XV até os dias de hoje. Tendo em vista que a igualdade de gênero está entre os pilares do desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), o estudo em questão busca entender de que maneira as mulheres estão representadas na revista Amazonas faz Ciência por meio da análise de conteúdo de matérias de capa de treze edições publicadas entre 2005 e 2017. O presente trabalho também propõe debater a relação entre jornalismo e representações em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

PALAVRAS-CHAVE: ciência e tecnologia; igualdade de gênero; jornalismo científico; mulheres; representação social.

INTRODUÇÃO

No estudo “Jornalismo e Ministério Público no Amazonas: Notícia como Fonte de Atuação em prol da Cidadania”, Raphael Henrique Cortezão (2016) identificou que pelo menos 63 apurações em andamento no Ministério Público Federal no Amazonas (MPF / AM) investigavam denúncias ou informações preliminares fornecidas pela imprensa regional. O compromisso com o interesse público está entre os preceitos do jornalismo, inclusive do jornalismo científico.

De acordo com Wilson da Costa Bueno (2002), o jornalismo científico é a divulgação do conhecimento científico em formato jornalístico pelos meios de comunicação de massa. O jornalismo científico é uma ferramenta fundamental para a inclusão dos indivíduos na formação de políticas públicas em diferentes esferas da sociedade, principalmente Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) (BUENO, 2002).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), e-mail: marilia.carrera@gmail.com.

Segundo Cilene Victor da Silva et al. (2011), a circulação de informação de forma “acrítica” e “descontextualizada” marcou a divulgação científica em anos anteriores no Brasil. O cenário melhorou com a ampliação dos espaços para CT&I na mídia geral e na mídia segmentada, a formação de profissionais de divulgação científica e o reconhecimento da importância da democratização e da popularização do conhecimento científico (VICTOR et al., 2011).

O levantamento Percepção Pública da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil 2015 aponta que 61% dos brasileiros se interessa ou se interessa muito por CT&I. A pesquisa realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) indica também que a maior parte dos entrevistados considera a divulgação científica na Internet e redes sociais, na televisão e nos jornais impressos parcialmente satisfatória ou satisfatória. Em compensação, os argumentos dos entrevistados que consideram a divulgação científica insatisfatória envolvem a complexidade do tema, a desconfiança com as fontes e a quantidade insuficiente das matérias.

No estudo “Mídia e Ciência no Amazonas Contemporâneo: Uma Análise dos Portais, Blogs e Sites Produzidos em Manaus”, Karla Mendes et al. (2017) verificaram poucas matérias próprias sobre CT&I nos principais portais de Manaus. Em linha com a entrevista com o editor–executivo do portal D24AM Sérgio Rodrigues, a conscientização sobre o dever social da divulgação científica poderia aumentar a demanda por reportagens sobre Ciência, Tecnologia e Inovação na imprensa manauara (MENDES et al., 2017).

No âmbito legal, tanto a Lei Federal nº 10.973 que estabelece incentivos para CT&I no país quanto a Lei Estadual nº 2.743 que instaura a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) preveem a produção de conhecimento científico para o desenvolvimento econômico e social (VARELA et. al., 2012). O desenvolvimento ambiental, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social fazem parte do desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Líderes de 193 países membros da ONU aprovaram a agenda universal para 2030 com dezessete objetivos para o desenvolvimento sustentável. O quinto objetivo para o desenvolvimento sustentável “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” envolve as medidas:

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão (ONU, 2018).

É neste sentido que o estudo em questão busca entender de que maneira as mulheres estão representadas na revista Amazonas Faz Ciência por meio da análise de conteúdo de matérias de capa de treze edições publicadas entre 2005 e 2017. A revista Amazonas Faz Ciência é produzida pelo Departamento de Difusão do Conhecimento da FAPEAM. Criada em 2005, a publicação tem distribuição gratuita e trimestral e totaliza quarenta edições. Em 2010, a tiragem era de 5 mil exemplares (CARVALHO et al., 2010).

CIÊNCIA E MULHER EM UM CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apontam que as mulheres receberam cerca de 50% dos auxílios e bolsas e 47% dos investimentos em pesquisas no Brasil entre 2007 e 2017. A porcentagem de auxílios e bolsas para cientistas mulheres se equiparou ou superou a porcentagem de auxílios e bolsas para cientistas homens em 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, mas a proporção de investimentos em pesquisadoras nunca se igualou ou ultrapassou a proporção de investimentos em pesquisadores no país no mesmo período.

Tabela 1 – Auxílios e Bolsas no Brasil.

	Em números			Em porcentagem	
	Pesquisadoras	Pesquisadores	Total	Pesquisadoras	Pesquisadores
2007	27.808	29.099	56.907	49%	51%
2008	28.979	29.694	58.673	49%	51%
2009	32.878	33.349	66.227	50%	50%
2010	38.240	39.364	77.604	49%	51%
2011	45.084	44.491	89.575	50%	50%
2012	44.703	43.787	88.490	51%	49%
2013	44.257	43.803	88.060	50%	50%
2014	46.414	44.973	91.387	51%	49%
2015	46.102	46.249	92.351	50%	50%
2016	41.515	41.917	83.432	50%	50%
2017	37.238	39.118	76.356	49%	51%
Média	39.383	39.622	79.006	50%	50%

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tabela 2 – Investimentos em Pesquisas no Brasil.

	Em reais			Em porcentagem	
	Pesquisadoras	Pesquisadores	Total	Pesquisadoras	Pesquisadores
2007	301.198	371.316	672.514	45%	55%
2008	335.366	399.974	735.340	46%	54%
2009	390.084	453.644	843.728	46%	54%
2010	451.787	518.471	970.258	47%	53%
2011	517.907	579.130	1.097.037	47%	53%
2012	537.137	601.277	1.138.414	47%	53%
2013	597.174	651.894	1.249.068	48%	52%
2014	635.101	704.980	1.340.081	47%	53%
2015	635.165	702.753	1.337.918	47%	53%
2016	632.314	688.731	1.321.045	48%	52%
2017	533.391	585.085	1.118.476	48%	52%
Média	506.057	568.841	1.074.898	47%	53%

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O norte foi a região com o menor número de auxílios e bolsas (1.844 para cientistas mulheres e 1.638 para cientistas homens) e de investimentos em pesquisas (17.816 reais para pesquisadoras e 18.541 reais para pesquisadores) no Brasil em 2017. Em compensação, o norte foi a região com a segunda maior porcentagem de auxílios e bolsas (53% para cientistas mulheres) e de investimentos em pesquisas (49% para pesquisadoras) para mulheres no país no ano anterior.

O Amazonas foi o Estado com o segundo maior número de auxílios e bolsas (464 para cientistas mulheres e 354 para cientistas homens) e de investimentos (5.000 reais para pesquisadoras e 4.404 reais para pesquisadores) em pesquisas na região norte em 2017. Em pontos percentuais, o Amazonas foi o Estado com a maior proporção de auxílios e bolsas de pesquisa (57% para cientistas mulheres) e com a terceira maior proporção de investimentos em pesquisas (53% para pesquisadoras) para mulheres entre Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins no ano passado.

As mulheres receberam em torno de 58% dos auxílios e bolsas e 53% dos investimentos em pesquisas no Amazonas entre 2007 e 2017. O cenário nacional é diferente do cenário regional. A porcentagem de auxílios e bolsas para cientistas mulheres sempre superou a porcentagem de auxílios e bolsas para cientistas homens e a proporção de investimentos em pesquisadoras todas as vezes ultrapassou a proporção de investimentos em pesquisadores no Estado nos últimos dez anos.

Tabela 3 – Auxílios e Bolsas no Amazonas.

	Em números			Em porcentagem	
	Pesquisadoras	Pesquisadores	Total	Pesquisadoras	Pesquisadores
2007	463	362	825	56%	44%
2008	466	381	847	55%	45%
2009	561	418	979	57%	43%
2010	644	436	1.080	60%	40%
2011	722	497	1.219	59%	41%
2012	673	466	1.139	59%	41%
2013	597	438	1.035	58%	42%
2014	625	440	1.065	59%	41%
2015	572	420	992	58%	42%
2016	493	392	885	56%	44%
2017	464	354	818	57%	43%
Média	571	419	989	58%	42%

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tabela 4 – Investimentos em Pesquisas no Amazonas.

	Em reais			Em porcentagem	
	Pesquisadoras	Pesquisadores	Total	Pesquisadoras	Pesquisadores
2007	4.507	4.201	8.708	52%	48%
2008	4.633	4.435	9.068	51%	49%
2009	5.824	4.739	10.563	55%	45%
2010	6.923	5.285	12.208	57%	43%
2011	7.610	6.035	13.645	56%	44%
2012	7.110	6.069	13.179	54%	46%
2013	6.745	6.267	13.012	52%	48%
2014	7.010	6.443	13.453	52%	48%
2015	6.532	5.932	12.464	52%	48%
2016	5.827	5.844	11.671	50%	50%
2017	5.000	4.404	9.404	53%	47%
Média	6.156	5.423	11.580	53%	53%

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Diretório dos Grupos de Pesquisa indica que 45% das cientistas mulheres ocupavam cargos de liderança no Brasil entre 2006 e 2016. A porcentagem de cientistas mulheres em cargos de liderança aumentou, mas não superou a porcentagem de cientistas homens em cargos de liderança. O Diretório dos Grupos de Pesquisa mostra também que 51% das pesquisadoras ocupavam cargos de não–liderança no país no mesmo período. A proporção de pesquisadoras em cargos de não–liderança se manteve praticamente estável e próxima da proporção de pesquisadores em cargos de não–liderança (o censo disponível na Internet não continha dados de 2012 e segmentados por Estado).

Tabela 5 – Pesquisadores dos Grupos de Pesquisa do Brasil em Cargos de Liderança.

	Em números			Em porcentagem	
	Pesquisadoras	Pesquisadores	Total	Pesquisadoras	Pesquisadores
2006	12.420	16.289	28.709	43%	57%
2008	13.891	17.297	31.188	45%	55%
2010	16.802	20.452	37.254	45%	55%
2014	13.873	16.281	30.154	46%	54%
2016	15.092	17.326	32.418	47%	53%
Média	14.416	17.529	31.945	45%	55%

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Tabela 6 – Pesquisadores dos Grupos de Pesquisa do Brasil em Cargos de Não–Liderança.

	Em números			Em porcentagem	
	Pesquisadoras	Pesquisadores	Total	Pesquisadoras	Pesquisadores
2006	30.810	30.519	61.329	50%	50%
2008	37.111	35.660	72.771	51%	49%
2010	47.154	44.260	91.414	52%	48%
2014	76.165	73.844	150.009	51%	49%
2016	85.422	81.688	167.110	51%	49%
Média	55.332	53.194	108.527	51%	49%

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ESTUDO DE CASO REVISTA AMAZONAS FAZ CIÊNCIA

A metodologia do estudo de caso é a análise de conteúdo. O conjunto de técnicas desenvolvido por Laurence Bardin aplica-se a todas as formas de comunicações e tem as seguintes funções:

Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”.

Uma função de administração de prova: hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova” (BARDIN, 2016, p. 35–36).

O estudo de caso considerou as duas funções. Baseada na função heurística descrita por Bardin, convencionou-se que a análise de conteúdo conduziria a interpretação dos resultados. Baseada na função de administração de prova descrita pela professora-assistente de psicologia na Universidade de Paris V, presumiu-se que o número de fontes mulheres aproximaria-se do número de fontes homens e que o número de fontes mulheres seria pouco menor que o número de fontes homens em cargos de liderança na revista Amazonas Faz Ciência em linha com a realidade retratada pelo CNPq.

A análise de conteúdo contemplou matérias de capa da revista Amazonas Faz Ciência entre 2005 e 2017, com a escolha de uma edição de cada ano (uma edição publicada em 2005, uma edição publicada em 2006 e assim por diante). As categorias observadas foram (a) o número de fontes homens e de fontes mulheres, (b) o número de fontes homens e de fontes mulheres em cargos de liderança e (c) o número de citações de fontes homens e de fontes mulheres.

A análise de conteúdo aponta que 35% das fontes são mulheres. Das treze matérias de capa da revista Amazonas Faz Ciência, três apresentam mais fontes mulheres que fontes homens. A matéria de 2005 apresenta cinco fontes mulheres e duas fontes homens. A matéria de 2010, sete fontes mulheres e seis fontes homens. Já a matéria de 2012, cinco fontes mulheres e três fontes homens.

Tabela 7 – Fontes em matérias de capa de treze edições da revista Amazonas Faz Ciência, publicadas entre 2005 e 2017.

	Total de fontes	Fontes homens	Fontes mulheres
Em números	80	52	28
Em porcentagem	100%	65%	35%

Fonte – A autora (2018).

De maneira semelhante, o estudo de caso indica que 36% das fontes em cargos de liderança são mulheres (considerou-se cargos de liderança chefes, coordenadores, diretores, diretores-presidentes, vice-diretores, governadores, ministros, presidentes, secretários e titulares em organizações públicas ou privadas). Das trezes matérias de capa da revista Amazonas Faz Ciência, duas contam com mais fontes mulheres que fontes homens em cargos de liderança. As matérias de 2005 e de 2006 contam com uma fonte mulher e nenhuma fonte homem em cargos de liderança. As matérias de 2010 e de 2012 têm a mesma quantidade de fontes mulheres e de fontes homens em cargos de liderança, mas têm mais fontes mulheres que fontes homens em geral.

Tabela 8 – Fontes em cargos de liderança em matérias de capa de treze edições da revista Amazonas Faz Ciência, publicadas entre 2005 e 2017.

	Total de fontes com cargo de liderança	Fontes homens com cargo de liderança	Fontes mulheres com cargo de liderança
Em números	45	29	16
Em porcentagem	100%	64%	36%

Fonte – A autora (2018).

O levantamento mostra também que 37% das citações são de fontes mulheres (considerou-se citações diretas e indiretas). Das treze matérias da revista Amazonas Faz Ciência, cinco possuem mais citações de fontes mulheres que citações de fontes homens. A matéria de 2005 possui seis citações de fontes mulheres e três citações de fontes homens. A matéria de 2006, treze citações de fontes mulheres e cinco citações de fontes

homens. A matéria de 2009, dezesseis citações de fontes mulheres e seis citações fontes homens. A matéria de 2010, dezesseis citações de fontes mulheres e quinze citações de fontes homens. A matéria de 2014, doze citações de fontes mulheres e oito citações de fontes homens. A matéria de 2012 tem nove citações de fontes mulheres e dezenove citações de fontes homens, porém tem mais fontes mulheres que fontes homens no total.

Tabela 9 – Citações em matérias de capa de treze edições da revista Amazonas Faz Ciência, publicadas entre 2005 e 2017.

	Total de citações	Citações de fontes homens	Citações de fontes mulheres
Em números	283	177	106
Em porcentagem	100%	63%	37%

Fonte – A autora (2018).

INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O primeiro resultado é que as treze matérias de capa da revista Amazonas Faz Ciência apresentam menos fontes mulheres que fontes homens. A análise de conteúdo aponta que as mulheres representaram 35% das fontes em geral entre 2005 e 2017, enquanto os dados do CNPq indicam que as mulheres receberam 58% dos auxílios e bolsas e 53% dos investimentos em pesquisas no Amazonas entre 2007 e 2017.

Em “Do Laboratório para o Horário Nobre: A Cobertura de Ciência no Principal Telejornal Brasileiro”, Marina Ramalho, Carmelo Polino e Luisa Massarani (2012) analisaram 77 matérias sobre produções científicas veiculadas no Jornal Nacional. Dos 45 cientistas entrevistados pelo telejornal, 17 eram mulheres. A diferença entre o número de fontes homens e o número de fontes mulheres pode reiterar o estereótipo masculino da representação social do cientista (RAMALHO; POLINO; MASSARANI, 2012).

Marcos Alexandre (2001) explica que a Teoria das Representações Sociais permite entender a influência do senso comum nos comportamentos e na comunicação das pessoas, relacionando as práticas sociais e os sistemas de pensamentos na sociedade. O conceito de representações sociais foi criado na década de 1950 pelo psicólogo social Serge Moscovici. Em “Psychanalyse: Son Image et Son Publique” ou “A Psicanálise: Sua

Imagem e Seu Público”, Moscovici estuda de que maneira a psicanálise adquiria uma nova significação ao transitar de grupos especializados para grupos populares pelos meios de comunicação de massa.

Tania Navarro Swain (2001) lembra que o Ocidente continua marcado por binarismos que definem os papéis dos homens e das mulheres na sociedade. As representações sociais disseminadas por conhecimentos diferentes desde a ciência até o senso comum alimentam modelos de beleza e de comportamento disseminados pela cultura ocidental. Por um lado, o feminino é associado à domesticidade, à emoção e à inaptidão. Por outro lado, o masculino é associado à gerência, à praticidade e à racionalidade. Os meios de comunicação constituem um espaço ilimitado de difusão de representações sociais, que podem tanto reproduzir quanto romper com os estereótipos de gênero (TWIN, 2001).

Maria Cecília Bacellar Sardenberg (2001) questiona o conhecimento científico imparcial, objetivo e universal. Hoje as filosofias pós-modernas acreditam que o conhecimento científico é influenciado pelo contexto histórico em que está inserido. A crítica feminista afirma que as dualidades mente e corpo, objetividade e subjetividade ou razão e emoção emergiram da diferença entre homens e mulheres na sociedade do século XVIII. As noções de mente, razão e emoção representavam o masculino. Já as noções de corpo, emoção e subjetividade representavam o feminino (SARDENBERG, 2001).

O segundo resultado é que as treze matérias de capa da revista Amazonas Faz Ciência apresentam menos fontes mulheres que fontes homens em cargos de liderança. A análise de conteúdo aponta que as mulheres representaram 36% das fontes em cargos de liderança entre 2005 e 2017, em linha com os dados do CNPq que indicam que as mulheres ocuparam 51% dos cargos de liderança dos grupos de pesquisa do Brasil entre 2006 e 2016. A diferença entre o número de citações de fontes mulheres e o número de citações de fontes homens pode ser reflexo da menor presença de fontes mulheres.

De acordo com Jacqueline Leta (2003), a ciência é encarada como uma atividade masculina desde a revolução científica no século XV. O cenário começou a mudar a partir da segunda metade do século XX, quando a demanda por recursos humanos nas empresas e o movimento feminista permitiram o acesso das mulheres às carreiras consideradas masculinas. A autora (2003) cita o artigo da socióloga norte-americana Alice Rossi “Women in Science: Why So Few?” ou “Mulheres na Ciência: Por Que Tão Poucas?”. A pesquisa publicada na revista Science em 1965 foi um dos primeiros trabalhos a debater

a participação da mulher na ciência nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960. Entre os aspectos que explicam a desigualdade de gênero na ciência em meados do século XX, estão o casamento e a maternidade, as diferenças biológicas e sociais entre homens e mulheres estabelecidas pela sociedade e a influência dos pais na escolha da profissão dos filhos (LETA, 2003).

Segundo Gilda Olinto (2011), as chamadas segregação horizontal e segregação vertical dificultam a ascensão profissional das mulheres. A segregação horizontal faz com que homens e mulheres escolham carreiras profissionais diferentes, principalmente por influência da escola e da família que estabelecem as atividades ideais para cada gênero. Já a segregação vertical faz com que mulheres mantenham posições subordinadas no mercado de trabalho, sobretudo por falta de valorização das carreiras consideradas femininas. A desigualdade de gênero na ciência envolve diferentes fatores que favorecem mais os homens que as mulheres como aumento salarial e promoção, obtenção de bolsas de estudos e ocupação de cargos de alta hierarquia. As mulheres precisam de mais credenciais para conquistar os mesmos benefícios que os homens (OLINTO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A igualdade de gênero está entre os pilares do desenvolvimento sustentável (desenvolvimento ambiental, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social) da ONU. Os dados do CNPq apontam que há mais cientistas mulheres que cientistas homens no Brasil, na região norte e no Amazonas atualmente. Os dados do CNPq indicam também que a região norte possui os menores números de auxílios, bolsas e investimentos em pesquisas, mas que os sete Estados juntos possuem uma das distribuições de recursos mais igualitárias entre pesquisadores e pesquisadoras do país nos dias de hoje.

Entretanto, o estudo de caso mostra que há menos fontes mulheres que fontes homens na revista Amazonas Faz Ciência. Então, o que fazer para dar mais voz às mulheres no jornalismo científico? A análise de conteúdo buscou entender de que maneira as mulheres estão representadas na revista Amazonas Faz Ciência. As alternativas para dar mais voz às mulheres no jornalismo científico podem resultar em novos trabalhos tendo em vista a relação entre cientistas, jornalistas e público.

De acordo com Graça Caldas (2010), o papel do cientista é conversar com o jornalista clara, didática e pacientemente e o papel do jornalista é coletar informações

previamente enriquecer a entrevista. A relação entre o cientista e o jornalista resulta em um discurso que incorpora a percepção do cientista, do jornalista ou de ambos. No entanto, qual o papel do público no processo de produção da notícia?

Entre os questionamentos de Caldas (2010), estão “como fica o público diante dos ruídos do complexo fluxo de informação pelos meios de comunicação?”, “o público seria visto como um produto sem contextualização e sem controvérsias?” ou “qual a responsabilidade do cientista e do jornalista em relação ao público no processo de produção da notícia?” Em linha com o estudo em questão, outros possíveis questionamentos são “qual a relação entre a escolha das fontes e a percepção do público sobre a ciência?”, “o que influencia a escolha das fontes no processo de produção da notícia?” ou “como diversificar as fontes?”.

Segundo Caldas (2000), o jornalismo científico é mais que a reprodução das falas dos pesquisadores. O impacto da CT&I sobre a sociedade requer uma mudança na relação entre o cientista, o jornalista e o público. O desenvolvimento da percepção crítica sobre o processo de produção do conhecimento científico é fundamental para o jornalista. A complexidade do tema, a influência das descobertas científicas na sociedade e a relação de poder nos processos de tomadas de decisão na esfera pública e na esfera privada tornam Ciência, Tecnologia e Inovação uma área peculiar do jornalismo.

Assuntos científicos e tecnológicos exigem cuidados adicionais na re/construção da informação. Face aos impasses e desafios provocados pela ciência moderna, essa discussão deve ser ampliada e contextualizada numa perspectiva histórica, política, econômica e social, qualificando a opinião pública para que, por meio de suas representações sociais, possa tornar-se sujeito ativo no processo de formulação de políticas públicas de C&T para o país (CALDAS, 2000).

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111–125, jul. / dez. 2001. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17352/material/opapel%20da%20mídia%20na%20difusão%20de%20representações%20sociais.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BUENO, Wilson da Costa. A formação do jornalista científico deve incorporar uma perspectiva crítica. **Diálogos & Ciência – Revista da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC)**, v. 10, n.

29, mar. 2012. Disponível em: <http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=307&Itemid=15>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1 esp, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583/6763>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CALDAS, Graça. Mídia, ciência, tecnologia e sociedade: o papel do jornalismo científico na formação da opinião pública. **Pesquisa FAPESP**, n. 60, dez. 2000. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/12/01/midia-ciencia-tecnologia-e-sociedade/>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CARVALHO, Camila Cavalcante de. Divulgação Científica e Jornalismo Científico na 15ª edição da revista “Amazonas faz Ciência” da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam). In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 09, 2010, Rio Branco. **Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**. São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0258-1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CGEE. **Percepção Pública da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil 2015**. Ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros. Sumário executivo. Disponível em: <<http://percepcaocti.cgee.org.br/wp-content/themes/cgee/files/sumario.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CNPQ. **Investimentos do CNPq em CT&I**. Disponível em: <<http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmthome.jsp?>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CNPQ. **Painel de Investimentos**. Disponível em: <<http://memoria.cnpq.br/painel-de-investimentos>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CORTEZÃO, Raphael Henrique. Jornalismo e Ministério Público no Amazonas: a notícia como fonte de atuação em prol da cidadania. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 15, 2016, Boa Vista. **Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/regional/resumos/R49-0042-1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

FAPEAM. **Amazonas Faz Ciência**. Disponível: <<http://www.fapeam.am.gov.br/tipos-publicacoes/revista/>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

FAPEAM. **Institucional**. Disponível: <<http://www.fapeam.am.gov.br/a-fapeam/institucional/>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

JETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set. / dez. 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016>. Acesso em: 03 jul. 2018.

MENDES, Karla et al. Mídia e ciência no Amazonas contemporâneo: uma análise dos portais, blogs e sites produzidos em Manaus. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 16, 2017, Manaus. **Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/norte2017/resumos/R54-0104-1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p.68–77, jul. / dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

ONU. **Agenda 2030**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

RAMALHO, Marina; POLINO, Carmelo; MASSARANI, Luisa. Do laboratório para o horário nobre: a cobertura de ciência no principal telejornal brasileiro. **Journal of Science Communication**, Trieste, v. 11, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <https://jcom.sissa.it/sites/default/files/documents/Jcom1102%282012%29A02_po.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

SARDENBERG, Maria Cecília Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO (REDOR), 10, 2001, Salvador. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Versão%20Final%20Da%20Crítica%20Feminista.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, jul. / set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300010&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 03 jul. 2018.

VARELA, Ulysses do Nascimento et al. Divulgação científica e mídia digital: estudo comparativo entre a Fapeam e Fapesp. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, 2012, Fortaleza. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2012. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2275-1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

VICTOR, Cilene et al. Políticas públicas de comunicação em CT&I. **Parcerias Estratégicas**, v. 16, n. 32, p. 37–45, jun. 2011. Disponível: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/768/703>. Acesso em: 03 jul. 2018.